

**SOBRE PESQUISA, DIDÁTICA E
FORMAÇÃO: construindo nossas
práticas com Currículos que
Transvergem. Enfrentando a
colonialidade em suas mais diversas
formas**

**ABOUT RESEARCH, DIDACTIC AND
TRAINING: building our practices
with Currículos que Transvergem.
Facing coloniality in its different
ways**

**SOBRE INVESTIGACIÓN, DIDÁCTICA
Y FORMACIÓN: construyendo
nuestras prácticas con Currículos que
Transvergem. Enfrentando la
colonialidad en sus diferentes
formas**

Resumo: Trazemos em nosso processo de constituição social as marcas da dor e da ferida colonial. Conhecer, identificar e enfrentar essas dores e marcas não é um movimento tão fácil, requer disposição, ganha-se inimizades, porque passamos a mexer no terreno dos privilégios. O que tensionamos trazer neste artigo resulta de nossas *Práticas-Investigativas-Transformadoras*, a nossa PIT, que nasce de nosso trabalho de doutoramento. É por meio deste trabalho de investigação que defendemos ainda a *Banca Popular e Currículos que Transvergem*, como formas de pesquisa, didática, prática e formação outras. Somado a isso, reivindicamos ainda a perspectiva da *Trans-form-AÇÃO*, que seria transgredir, transformar, formar e agir por um outro viés. Contra-hegemônico e anti/contra/decolonial, por assim dizer, seria também uma forma de resistência e insurgência, de luta e de reinvenção de novos caminhos no enfrentamento à colonialidade, enquanto *Subalternizadxs-Mambembes-Insurgentes* que somos. É quando ocupar espaços torna-se urgente e salutar no combate ao epistemicídio e à biblioteca colonial que insistem em querer nos tragar.

Palavras-chave: *Currículos que Transvergem.* Colonialidade. *Práticas-Investigativas-Transformadoras.*

Recebido em: 29/07/2021

Aceito em: 19/12/2021

Publicação em: 22/12/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v14i3.60117

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Noelia Rodrigues Pereira Rego

Doutora em Educação

Docente no Projeto Canteiro-escola -
escola de Educação de Jovens e Adultos
em canteiro de obras, País.

E-mail: noeliarpr@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5248-5941>

Como citar este artigo:

REGO, N. R. P SOBRE PESQUISA, DIDÁTICA E FORMAÇÃO: construindo nossas práticas com Currículos que Transvergem. Enfrentando a colonialidade em suas mais diversas formas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 3, p. 1-17, 2021. ISSN1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v14i3.60117>.

Abstract: We carry in our process of social constitution the marks of colonial pain and wound. Knowing, identifying and facing these pains and marks is not such an easy movement, it requires willingness and enmities are earned, because we started to move in the terrain of privileges. What we try to bring up in this article results from our Research-Transforming Practices, our PIT, which was born from our doctoral work. It is through this research work that we also defend Popular Banking and Curriculum that Transverge, as forms of research, didactics, practice and other training. Added to this, we also claim the perspective of Trans-form-ACTION, which would be to transgress, transform, train and act from another angle. Counter-hegemonic and anti/contra/decolonial, so to speak, would also be a form of resistance and insurgency, of struggle and reinvention of new paths in confronting coloniality, as Subalternizadxs-Mambembes-Insurgentes that we are. It is when occupying spaces becomes urgent and healthy in the fight against epistemicide and the colonial library that they insist on wanting to engulf us.

Keywords: Curriculum that Transvergem. Coloniality. *Práticas-Investigativas-Transformadoras*.

Resumem: Llevamos en nuestro proceso de constitución social las marcas del dolor y la herida colonial. Conocer, identificar y afrontar estos dolores y marcas no es un movimiento tan fácil, requiere voluntad, las enemistades se ganan, porque empezamos a movernos en el terreno de los privilegios. Lo que intentamos aportar en este artículo es el resultado de nuestras prácticas de transformación de la investigación, nuestro PIT, que nació de nuestro trabajo de doctorado. Es a través de este trabajo de investigación que defendemos también la Banca Popular y los *Currículos que Transvergem*, como formas de investigación, didáctica, práctica y otras formaciones. Sumado a esto, también reivindicamos la perspectiva de Trans-form-ACCIÓN, que sería transgredir, transformar, entrenar y actuar desde otro ángulo. Contrahegemónico y anti / contra / decolonial, por así decirlo, sería también una forma de resistencia e insurgencia, de lucha y reinención de nuevos caminos para enfrentar la colonialidad, como Subalternizadxs-Mambembes-Insurgentes que somos. Es cuando ocupar espacios se torna urgente y saludable en la lucha contra el epistemicidio y la biblioteca colonial que insisten en querer engullirnos.

Palavras-clave: *Currículos que Transvergem*. Colonialidad. Práticas de investigación-transformación.

1 INICIANDO NOSSA CONVERSA COM AS SUBJETIVIDADES SUBVERSIVAS E CURRÍCULOS QUE TRANSVERGEM

Não se pode haver um discurso da descolonização, uma teoria da descolonização, sem uma prática descolonizadora.

Rivera Cusicanqui

A domesticação da sexualidade e a imposição da heterossexualidade, bem como a estética branca europeizada, com base em dogmas religiosos, sobretudo cristãos, estão por toda a nossa Abya Yala ou América Latina historicamente procurando impor seus padrões e regras para se viver e mesmo 'existir' no seio desta sociedade. Mesmo a descolonização, entendida aqui como um processo formal de independência das metrópoles, não foi e não é capaz de desmoronar a pedra fundamental colonial. Isto porque se se desmoronou o edifício, a estrutura permanece. É do Estado e do estado colonial que estamos falando. Portanto, de instituições e de relações sociais, respectivamente. O que temos hoje é uma repaginação do estado puro e primeiro da colonização. Isto porque a colonialidade, que é seu produto, está viva e bastante eficaz em nossos vários segmentos institucionais na sociedade, bem como nas relações que se dão no interior desta sociedade.

Atrelado a isso, há operadores que produzem de forma muito competente desigualdades, segmentação e assimetrias nessa sociedade e que perpetuam ao mesmo tempo em que camuflam essas hierarquizações, negando veementemente sua existência, inclusive. São elas que marcam e demarcam as fronteiras, liames e os limites geopolíticos de quem pode ou não viver e ainda de como viver neste espaço social. Pra exemplificar vou colocar aqui frases que certamente você já ouviu em rodas de conversa, em bares, andando nas ruas, na igreja, dentro de transportes coletivos prestando atenção nas conversas alheias (como eu sempre faço) ou ouviu varrendo o beco da sua casa daquele vizinho ou tem aquela

vizinha estilo Dona Florinda¹ ou mesmo tem aquele tiozão ou primão reacionário...vamos lá: “quem quer, consegue!” Ou: “todo mundo tem escolhas!”, “tava no lugar errado, na hora errada!” Ou ainda: “tá vendo, fulano se esforçou e conseguiu chegar lá, você, se quiser, também consegue!” e mais: “esse aí, coitado, não vai dar pra nada!”, “esse aí desmunheca desde cedo, tenho pena da família...” e para finalizar: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, “chuta que é macumba!”, “foi apenas um caso isolado...”. Lembrou de alguma frase parecida? Já ouviu alguma destas? Aposto que sim!

São com essas frases e muito mais que percebemos o construto, no campo das relações sociais, do modo mais atualizado e mais bem acabado da colonialidade em nosso tempo. São nesses particularismos de bate-papos e conversas fora, aparentemente sem qualquer objetivo ou finalidade onde se perpetua a colonialidade, que carrega consigo racismos, classismos, meritocracia, machismos, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa. Pensamos assim que não bastam apenas as teorias intelectuais críticas ao capitalismo com foco apenas no nível econômico, se com elas não estão nesse construto aquilo que é a própria gênese do capitalismo: a questão da raça, heteronormatividade, patriarcado e o cristianismo nessas críticas. Mas o que implica essa gênese?

Num papo bem reto, e colocando mais uma vez o exemplo da prática como fizemos ali em cima, para se viver num sistema capitalista é preciso que haja hierarquias, pobres e ricos e aqueles que pensam que são ricos ou que almejam um dia serem (a falsa ilusão que o capitalismo provoca). É preciso que haja ainda uma falsa sensação de democracia e de igualdade de oportunidades para todos. Quando, a bem da verdade, não há a distribuição igual dos direitos civis, políticos, sociais e jurídicos e ainda de recursos materiais e simbólicos, num sistema como esse. É também altamente necessário que haja competitividade, pois assim não há coletividade. E mais necessário ainda é haver escalas de mais humano e de menos humano. Quer outra frase? Vamos lá: “ah, deixa pra lá, é tudo cracudo mesmo!”. Essa eu ouvi dentro do ônibus, passando na Av. Brasil, no momento em que a polícia fazia uma batida numa das chamadas cacrolândias dali.

A expansão geopolítica europeia, ocorrida a partir do século XVI tem como objetivo o colonialismo enquanto política de Estado e como centralidade de suas ações, a colonialidade. Dentro desse movimento, o conceito de raça é criado para fazer a diferenciação e, portanto a hierarquização e dominação de povos sobre povos no sentido de sua exploração econômico-política, no âmbito de um sistema mundial capitalista-imperialista. É, portanto, pelo racismo estrutural que se consolida o processo epistemológico de colonização carregando a reboque a branquitude/branquidade, o patriarcado cisheteronormativo, misógino e homofóbico, construtos que são calcados no cristianismo como força-motriz desse projeto perverso de desumanização.

O discurso do poder dominante, como nos coloca Lélia Gonzalez (1984), a pretensa verdade universal de um eurocentrismo arraigado nos braços da modernidade é o que cria e legitima a geopolítica do conhecimento, em que quem domina cria teorias que devem ser consideradas e utilizadas por todos. Assim, como um movimento de enfrentamento, portanto, precisamos dar-nos a conhecer outras formas e outros conhecimentos possíveis – línguas, histórias, memórias, por exemplo. Quer começar a fazer isso? Experimenta só descobrir a quantidade de intelectuais que falam a partir das margens e trincheiras do sistema colonial moderno. É esse movimento que vai procurar estilhaçar com a biblioteca colonial, e é um importante passo para o deslocamento e enfrentamento, contestação e ruptura Anti/Contra/Decolonial.

A *América Latina*, como nos traz Lélia (1984), e a África, que têm, neste sentido, como marcas a dor colonial, precisam continuar gestando métodos e técnicas próprios de suas raízes, de suas dores, de suas condições oprimidas, de forma autônoma e independente. Ao lado deste movimento, penso que é preciso continuar por valorar as nossas potências, a nossa originalidade, o nosso pensamento, as nossas ciências, as nossas técnicas, as nossas descobertas, as nossas epistemes. Assim, tratar as nossas pesquisas e práticas cotidianas por um outro viés, o viés da desobediência e da insurgência é procurar

¹ Jargão que remete à personagem do seriado mexicano Chaves e que diz respeito à pessoa que não aceita sua condição social e financeira, e acaba por odiar seus iguais, por justamente não se conformar com sua própria condição de vida.

fazer nossas investigações por uma outra ótica, por pesquisas e práticas outras. Problematizarmos e desnaturalizarmos, com isso, questões, e procurarmos novas formas de pensar e agir que não sejam binárias, mas que tenham um leque de diferenças e a diversidade em seu arcabouço, é um movimento de total libertação e sim, de Anti/Contra/Decolonialidade.

Não convoco aqui, portanto, um corpo abstrato de análise, mas tudo o que me atravessa enquanto minha trajetória, minhas vivências e experiências enquanto sujeita social, e que sim, tem grande influência nestas linhas. Penso que é preciso, sobretudo, trazer as existências viscerais, na circulação e circularidade de saberes, a parte da humanidade que nos foi roubada, na ancestralidade que nos tentaram e ainda tentam sepultar, para que, sem referências, não aprendamos com o nosso passado. Só assim podemos falar em humanismo.

Acredito que, para começar, a academia precisa romper o silêncio. É, como diz Frantz Fanon (2005): *é preciso sair da grande noite em que fomos mergulhados*, que é a colonização, que promove quem pode e quem não pode na escala, quem vence e quem será vencido, bem como quem conta a história e quem é personagem, assim como a caça e o caçador, que tão bem o provérbio africano nos provoca a pensar. Pois, “se o discurso do acadêmico soa alto e dominante sobre a fala popular, esse discurso congela-se em conceito, congela a consciência, faz com que esta adormeça no interior de frases feitas. Desaparece a ênfase na luta, entendida como curiosidade interrogadora e crítica da ordem. Permanecerão somente pacotes de frases feitas” (FREIRE; NOGUEIRA, 1989, p. 30-31). É o ‘mais do mesmo’ que precisamos superar.

Tendo como referência central e base a compreensão da Educação Popular (EP) como categoria política e analítica, este trabalho é parte daquilo que me move enquanto Educadora Popular, como um exercício de reflexão e autocrítica das minhas práticas cotidianas, dentro daquilo que almejo e pelo qual luto enquanto outro modelo de sociedade que acredito. Por outro lado, o desvelamento pretendido é justamente deslocar o olhar viciado em torno de autorxs, categorias e metodologias, (des)engessando também a escrita e assim fissurando o colonialismo intelectual. Partimos ainda em busca de narrativas e de nossas *escrevivências*, como nos diz Conceição Evaristo (2007; 2009; 2017), trazendo a EP para o campo do político, e não apenas do cultural. Pois acreditamos que Anti/Contra/Decolonizar este olhar academicista, elitista, é começar a ver a pesquisa de forma mais autônoma, libertária, liberta, mas não menos científica por isso. Como uma oportunidade de fazer pesquisa pela ótica da Insurgência, atravessando nosso olhar para direções que apontam para *subjetividades subversivas*, tensionando e subvertendo a ordem, mostrando, deste modo, que são possíveis a pesquisa, a investigação e também as nossas práticas cotidianas em outros moldes e pilares.

O desafio desta nova autonomia reside em construir laços sul-sul que nos permitam romper os triângulos sem base da política e da academia do norte. Construir nossa própria ciência – num diálogo entre nós mesmos – dialogar com as ciências dos países vizinhos, afirmar nossos laços com as correntes teóricas de Ásia e África, e enfrentar os projetos hegemônicos do norte com a renovada força de nossas convicções ancestrais. (CUSICANQUI, 2010, p. 73). Tradução minha

O intelectual indígena boliviano Fausto Reinaga (1970), dialogando de maneira bastante próxima com Fanon (2009; 2005), via como saída desse sistema colonizante aquilo que denominou de *Indianismo*, em contraposição ao conhecido indigenismo: teoria bastante difundida em meados de 1920 no meio intelectual de América Latina. Neste sentido, o Indianismo torna-se um “movimento libertador” que visava romper com a condição de subalternização na sociedade e não a assimilação à ela, como previa o indigenismo, mas seu desmantelamento, em definitivo. Reinaga enquanto índio, enquanto um *subalternizado-mambembe-insurgente*, enquanto um intelectual *anti/contra/decolonial*, como aqui podemos considerá-lo, reverenciá-lo e referenciá-lo, denunciava o racismo existente na sociedade boliviana e vai reescrever a história de Bolívia a partir da ótica dos índios e de seus enfrentamentos e levantes - Tupaj Amaru, Tupaj Katari, Tomás Katari, por exemplo - destacando a luta de raças como um contraponto à luta de classes.

La Revolución India”, es un libro insólito que se yergue contra Occidente, y anuncia al mundo: que el indio de Bolivia y de América no ha muerto; todo lo contrario, 100 millones de seres humanos discriminados y oprimidos, gritan por mi garganta: ¡LIBERACIÓN! (REINAGA, 2014, p. 238)

Sabemos bem que a emancipação de nossos povos não vem de cima para baixo, mas é obra feita pelas nossas mãos: é conquista, é luta. Sabemos ainda que somos marcados pela continuidade dos processos de colonialidade que atravessam nossas relações sociais em várias amplitudes. E ainda vivemos debaixo do jugo exploratório de países, numa permanente estrutura colonial. Penso que ainda não chegamos, nem perto, da porta de saída da colonialidade, para chegarmos na tão falada hoje, pós-colonialidade. E acho inclusive que não existe linearidade nesse processo, como nos fala Cusicanqui (2010), no sentido de pré/pós. Quando digo que não saímos da colonialidade digo também sobre a perpetuação do histórico genocídio da população indígena, as constantes guerras no continente africano promovidas pelos países que detêm o poderio econômico e que ainda continuam a explorar ininterruptamente aquele continente, bem como o encarceramento em massa e o também genocídio da população negra.

Dentro deste diálogo em construção, e sempre em construção, acreditamos que conjugar o *anti*, o *contra* e o *de*, para tratar da crítica aos processos coloniais e seus muitos braços nos auxiliam nesse caminho de busca por libertação. Conjugar estas três forças epistemológicas subalternizadas nos parecem bastante pertinentes do ponto de vista de que não são rivais, tampouco antagônicas, pois têm sua base comum que é a crítica à colonialidade, diferindo portanto apenas em visões e concepções de teorias e de lutas. Neste sentido também conseguimos enxergar uma certa reciprocidade do anarquismo com a *anti/contra/decolonidade*, enquanto agências que dialogam entre si, que podem ter suas diferenças sim, mas não se antagonizam, pois caminham na luta por uma outra sociedade.

Parto, portanto, do pressuposto e da hipótese de que o epistemicídio que se processou (e ainda, e infelizmente, ocorre) com os povos originários e tradicionais, que acometeu nossa ancestralidade, habita crônica e veladamente nos centros de estudo, nas academias, nas escolas. É quando o “novo”, o “espontâneo” não tem espaço para brotar, quando apenas receitas prontas são admitidas, porque são mais fáceis de serem produzidas e sim, reproduzidas. Ou seja, o “novo” (que não é novo) nestes espaços, muitas vezes, é visto como algo assustador e, portanto, como ameaça. Assim, trazer *outras* e possíveis *epistemes* para estes locais pode tornar-se um incômodo em muitos sentidos.

La alteridad indígena puede verse como una nueva universalidad, que se opone al caos y a la destrucción colonial del mundo y de la vida. Desde antiguo, hasta el presente, son las tejedoras y los poetas-astrólogos de las comunidades y pueblos, los que nos revelan esa trama alternativa y subversiva de saberes y de prácticas capaces de restaurar el mundo y devolverlo a su propio cauce¹. (CUSICANQUI, 2015, p. 185)

Deixo de antemão registrado que não se trata aqui de negar os saberes que negaram os nossos, pois, desse modo, seria eu opressora tal qual. Não se trata de sectarismo ou rejeição asmática desses saberes considerados eruditos e intelectuais, dessas formas convencionais de se fazer educação e pesquisa. Ninguém quer aqui, por exemplo, sepultar Platão ou Bourdieu, Foucault ou Sócrates, mas sobre eles já existe uma abundância de estudos, críticas e revisões. Ouso cogitar que eles já estão mais do que analisados e confrontados. O que queremos é manifestar novas-velhas questões, autoras e autores, por exemplo, que durante muito tempo foram “encostadxs” nas estantes desses grupos ou exotizadxs de “cultural”, e puramente cultural e folclorizados sem qualquer valor epistêmico imputado a este cultural, quando o que sempre prevaleceu foi a biblioteca colonial. Trazer outrxs autorxs e outras possíveis formas de pesquisar e escrever é confrontar essa biblioteca colonial e também provocar em nós a possibilidade criadora e criativa, mais prazerosa, portanto, e não menos científica, de se trabalhar. Penso com isso que é preciso “colocar a poeira pra cima” para lembrar o chão que já foi pisado, o chão que a nossa ancestralidade bateu, disputou e lutou para forjar.

Este movimento de resgate, de reinvenção e de transformação requer também mudanças nas práticas de professorxs, de acadêmicxs e demais pesquisadorxs. No intuito de seus trabalhos poderem e deverem servir para fortalecer diferentes lutas sociais, fomentar políticas públicas e/ou outras ações efetivas concomitantes, em prol dos resultados daquilo que se pesquisou, comprometendo-se com o público e com o espaço investigado. Não se trata, portanto, como brilhantemente nos adverte Cusicanqui (2010), de um “um mudar para que nada mude” (p. 62) ou de “novos esquemas de cooptação e neutralização”, produzindo assim “uma inclusão condicionada, uma cidadania recortada e de segunda classe”² (p. 60). Mas é o compromisso ético-político que precisamos ter nas nossas ações cotidianas enquanto sujeitxs comprometidxs com as pautas anti/contra/decoloniais que assumimos em nossas teorias e práticas de *Trans-Form-AÇÃO*.

Como Lélia González colocava, há dois campos em construção: o ativismo e a vida acadêmica e os dois podem se relacionar perfeitamente. Neste sentido, se conseguirmos unir estes dois pilares necessários para a promoção de mudanças, e, enquanto intelectuais orgânicos, fazemos transbordar nossas práticas cotidianas de epistemologias, de luta e de afeto, teremos dado um grande passo avançando no enfrentamento à colonialidade.

Moram, portanto, nas especificidades e demandas e sobretudo na saída das caixas da colonialidade, os processos de construção coletiva do conhecimento e a identificação da ferida colonial, elementos que farão com que a educação seja mais do que educação e a pesquisa seja de fato um elemento de *Trans-form-AÇÃO*: um projeto de sociedade.

Não temos a pretensão de concluirmos absolutamente nada por aqui, pois acreditamos que nossas investigações são, por excelência, inconclusivas e, por isso mesmo, estão e são abertas para críticas, repaginações, revalidações se colocando para atualização das agências que lutam pela e com a Educação Popular. Isso porque as questões aqui levantadas e provocadas são pautadas exatamente pelas perspectivas das *Práticas- Investigativas-Transformadoras* e da *Trans-form-AÇÃO*, tendo como base o pensamento Anti/Contra/Decolonial, que, juntos, formam uma teia de significados e significantes, tornando-se partes constitutivas do processo coletivo de pesquisa, investigação e práticas pedagógicas, engendrando potências transformadoras e subversivas, por forma e função. Desta feita, sempre em movimento, nunca estáticos, esses elementos forjam questões que podem ser perfeitamente revalidadas, redesenhadas, adaptadas e revisadas.

Com a perspectiva das *Subjetividades Subversivas*, que criamos, esta que não aponta falhas, mas possíveis estruturas enraizadas e ancoradas em opressões (o que é mais grave), pretendo dar os braços a tantxs que, assim, fizeram e fazem o desnudamento da “razão crítica” da academia, que, a meu ver, em sua maioria, ainda permanece engendrada na síntese do positivismo e da ‘neutralidade axiológica’, e que, desta forma, objetivamente, domina e transforma suas particularidades em universalidades. É por este prisma que “uma das tarefas mais desafiadoras é desmascarar a noção de que posições particularistas são universais”, como nos coloca Molefi Kete Asante (2009, p. 108). É a noção de ‘progresso científico’ que é preciso problematizar e evidenciar em nossos estudos e investigações. Progresso para quem? A custa de quê?

É por esse mesmo viés em nossas práticas que fazemos do currículo e da didática um processo, movimento e ação, que dialoga com a vida cotidiana, com as nossas *Subjetividades Subversivas* – um currículo que, como aqui cunhamos, *Transverge*. É entrecruzando os diversos saberes que se pode desvelar a realidade vivida, desnaturalizando-a, libertando-a, desenvolvendo a criticidade e voltando-se para a responsabilidade social e política (FREIRE, 1983), que implica a apropriação crescente pelo sujeito de sua posição no contexto.

Neste sentido, *Currículos que Transvergem* seriam aqueles que acolhem as *Subjetividades Subversivas* do grupo, suas demandas, anseios e questões não compreendidas e/ou não aceitas pela sociedade que as consideram subversivas e por vezes tentam desqualificá-las e apaga-las. São essas subjetividades consideradas subversivas que damos importância e ampliamos nosso olhar e escuta, são elas que combinadas e em diálogo com outros conteúdos pedagógicos, indo todavia na contramão de

² Tradução minha.

convergir com um currículo engessado e previamente definido, aquilo que procuramos construir em nossos espaços e ações. *Currículos que Transvergem*, portanto pressupõem desconstrução, construção e reconstrução coletiva e partilhada, para tanto *com* e não *para*.

2 A IAP DE FALS BORDA, A PIT – PRÁTICAS INVESTIGATIVAS TRANSFORMADORAS E A PERSPECTIVA DA TRANS-FORMAÇÃO

A histórica divisão e rivalização entre teoria e prática nos levou a inúmeras pesquisas e investigações, políticas públicas e categorizações, sobretudo verticalizadas, padronizadas e, além do mais, preconceituosas. Alguns contrários a estas perspectivas, entre as décadas de 1960/70 começaram a fomentar a pesquisa tendo como direção as concepções pedagógicas de Paulo Freire, criando aquilo que se convencionou chamar por *investigação-ação*. Entretanto, ainda persistia uma relação fria entre a equação *sujeito/objeto de investigação* (o que ainda é comumente usado em milhares de grupos de estudo e centros de pesquisa), colocando uma suposta neutralidade e preconizando o “afastamento do objeto de estudo”.

É Orlando Fals Borda (1994) – numa simbiose com Paulo Freire, a quem influenciava e era profundamente influenciado, quem vai nos apontar para uma outra direção e romper com este processo hierárquico e maniqueísta de pesquisar, lançando mão do que ficou conhecido como IAP - Investigação Ação Participativa.

O sociólogo e colombiano é um dos mais importantes intelectuais das ciências sociais em latioamerica. Seu desenvolvimento, pensado a partir de nosso continente, tem a “Investigação Ação Participativa”, antes de tudo como uma *outra* perspectiva de investigação, que se pauta menos no quantitativo e mais na experiência, na vivência, no sentir e no pensar *com*, portanto *sentipensante*. Sociólogo da prática, Fals Borda teve grande participação em movimentos sociais e na Educação Popular, contribuindo na luta para uma sociologia comprometida com povos do campo e tradicionais, por exemplo.

O pesquisador-militante deixou-nos em 2008, aos 83 anos, mas sua perspectiva humana de fazer pesquisa, dura e durará entre aqueles que acreditam que fazer pesquisa é mais que coleta de informações e formação de banco de dados, mas uma forma de reconstruir e transformar o mundo. Fora ainda amigo e confidente de Paulo Freire, com quem trocou muitos saberes em prol de uma sociologia comprometida com a denúncia de desigualdades sociais; uma sociologia que não só descrevesse o visto e o vivido, mas agisse fora dos gabinetes, no campo, onde o pesquisador atuante deve estar vivenciando e pesquisando, no intuito de dismantlar, por exemplo, o colonialismo político e epistemológico. Com um compromisso ético e político, Fals Borda pensava os *povos do Sul, desde o sul*, fazendo um giro contrário aos demais, que viam o norte como âncora e modelo civilizatório. Fals Borda via no *norte* colonialidade e opressão, e no *sul*, possibilidade e libertação.

Essa *outra* forma de fazer pesquisa e, portanto, prática, seria assim uma transmutação da tradicional, hierárquica e fria maneira de se fazer pesquisa, para o contato direto e relacional entre “pesquisador-pesquisado”, colocando o diálogo em primeiro lugar para uma produção de conhecimento coletiva, não dicotômica, mas consoante. “Una de las características propias de este método, que lo diferencia de todos los demás, es la forma colectiva en que se produce el conocimiento, y la colectivización de ese conocimiento”³ (FALS BORDA e BRANDÃO, 1987, p. 18).

O investigador, dentro desta lógica e método de fazer pesquisa, é ao mesmo tempo aprendiz do processo, porque justamente todos ali são sujeitos do conhecimento e dos processos de formação. Desta forma, até mesmo o conceito de “pesquisador-pesquisado”, precisa ser revisitado e problematizado.

La IAP propone una cercanía cultural con lo propio que permite superar el léxico académico limitante; busca ganar el equilibrio con formas combinadas de análisis cualitativo y de investigación colectiva e individual y se propone combinar y

³ Tradução minha: Uma das características próprias deste método, que o diferencia de todos os demais, é a forma coletiva em que se produz o conhecimento e a coletivização deste conhecimento.

acumular selectivamente el conocimiento que proviene tanto de la aplicación de la razón instrumental cartesiana como de la racionalidad cotidiana y del corazón y experiencias de las gentes comunes, para colocar ese conocimiento sentipensante al servicio de los intereses de las clases y grupos mayoritarios explotados⁴. (FALS BORDA, 1987, p.5)

Acreditamos que a pesquisa em sua forma participante-comprometida deve servir a mudanças. E a mudanças concretas, a começar pelo método. Fugir um tanto das ciências sociais clássicas – que até hoje são amplamente difundidas em centros de pesquisa e defendidas por pesquisadores muito próximos – que se destina apenas a analisar os fatos, sem nada trazer de reivindicação em suas análises e diagnósticos, não nos representa aqui. E definitivamente não é o nosso propósito enquanto pesquisadora. Defendo a pesquisa-militante e disputo sim, narrativa, com quem está apenas analiticamente em seus centros de estudos e gabinetes, disposto tão somente a *conjecturar* e não a concretamente *mudar* realidades – ou mesmo *lutar* por essas mudanças demandadas e apreendidas que foram de suas pesquisas.

Influenciada e profundamente inclinada às análises de Fals Borda, construí um método para se pensar uma outra forma de fazer pesquisa. Desta inclinação e revisão de seu método nasce assim a PIT – *Práticas-Investigativas-Transformadoras*, semelhante a IAP de Fals Borda e a *Investigação-Ação*, que Paulo Freire tanto defendia. A PIT trata de um aspecto importante dentro desta maneira *outra* de fazer pesquisa que é a “devolução sistemática” que o “educador-investigador” deve ter. Além de ser uma pesquisa-militante com vistas a mudanças, é uma ação educativa em seu epicentro. Seria uma perspectiva horizontalizada de pesquisa, que incluiria aí a devolutiva dos escritos, áudios e vídeos ao grupo, bem como sua leitura coletiva e aprovação, e ainda a autorização para publicação.

Dentro deste trâmite, um outro aspecto se tornaria realidade: seria a *Banca Popular*. Presente e com lugar garantido lado a lado à banca acadêmica e direito de fala e considerações na própria defesa do trabalho do pesquisador, esta Banca Popular seria composta pelos membros participantes, coautores da pesquisa e seria de crucial importância para a validação da pesquisa e a consequente obtenção da titulação de quem está fazendo a pesquisa vinculado ao programa de estudos.

A PIT é assim a conjunção das propostas metodológicas da IAP em conjunto com a pedagogia crítica, em nosso caso a perspectiva Anti/Contra/Decolonial, para intervir num espaço de Educação Popular, por meio da *Palavra-Ação*. Desta maneira, ela se torna um método de investigação em que a intencionalidade dx pesquisador, que neste caso seria educador-educandx-pesquisador, estaria perfeitamente delineada. Não haveria a “neutralidade axiológica”, medida tão requerida nas ciências sociais, mas com uma declarada intencionalidade política; seria uma pesquisa militante, no sentido de propor “que la producción de conocimiento social asuma la opción de construir alternativas al orden dominante y favorezcan la formación de sujetos críticos”⁵ (CARRILLO, 2007, p. 107).

A Educação Popular é o arcabouço que conduz a reflexões de análise conjuntural. O saber que se desenvolve nestes espaços e os questionamentos neles produzidos cooperam para gerar “mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído” (GOHN, 2010, p. 57). É uma prática do/discente que liberta e libera a criatividade pelo uso da palavra e por outros diversos elementos cognitivos necessários à formação humana, carregadas de dinamismo, ludicidade, indagações e experimentações, assentando o caráter prático e não enciclopédico de um saber dado e acabado per si. A dialogicidade contínua fará, por exemplo, com que aquele/tx como mais acanhadx, mais introspectivx, tome a palavra

⁴Tradução do site, com algumas considerações e atualizações minhas: A IAP propõe uma proximidade cultural com o próprio que permite superar o léxico acadêmico Limitante; procura obter o equilíbrio com formas combinadas de análise qualitativa e de investigação coletiva e individual e propõe-se combinar e acumular seletivamente o conhecimento que vem tanto da aplicação da razão instrumental cartesiana quanto da racionalidade cotidiana e do coração e das experiências das pessoas comuns, para colocar esse conhecimento sentipensante a serviço dos interesses das classes e grupos maioritários explorados.

⁵Tradução minha: que a produção de conhecimento social assuma a opção de construir alternativas a ordem dominante e favoreçam a formação de sujeitos críticos.

de forma espontânea, sem pressão ou mérito por tal, mas num contínuo natural, porque se sente parte daquele todo e, como parte, contribui para sua constituição e permanência.

Neste sentido, a *Palavra-Ação* seria assim composta por essa intencionalidade que a PIT tem de provocar mudanças por meio de suas práticas. Assim, a dialogicidade seria o ponto forte para se chegar a problematizações e assim a ações efetivas (ainda que pequenas) cotidianas, dentro e fora destes espaços.

Assim entendemos que a simbiose entre *IAP*, *PIT*, *Palavra-Ação* e as *Perspectivas Anti/Contra/Decoloniais* entram em perfeita harmonia quando direcionadas aos estudos da Educação Popular. Esta formulação conjunta seriam os quatro pontos-base de nosso estudo.

Embebida destas concepções, que me direcionaram a optar por essas escolhas ético-teórico-prático-metodológicas na pesquisa, pude levantar questões de ordem primária para o pesquisador que deseja fazer pesquisa nestes moldes:

- 1) Entender que este molde de pesquisa é uma ação educativa e começa sobretudo pela compreensão do universo que se está pesquisando;
- 2) Estimular o diálogo, a *Palavra-Ação*;
- 3) Ter humildade para ouvir mais do que falar;
- 4) Saber reconhecer e tratar as diferenças como possibilidade e não limitação;
- 5) Reconhecer os saberes dx outrx;
- 6) Apontar saídas para questionamentos comuns no interior do grupo;
- 7) Quebrar gelo e mais possíveis hierarquias entre nós;
- 8) Trabalhar com a certeza de que não existe sujeito e objeto de pesquisa;
- 9) Não querer registrar só aquilo que concorda, pois os pontos de conflito são primordiais para a veracidade e a ética na pesquisa;
- 10) Entender meu papel ali é ter a certeza de que somos educadores-educandos-pesquisadores e que aprendemos juntxs em todo o processo de pesquisa;
- 11) E com o que juntxs aprendemos e construímos, como podemos intervir de maneira a mudar realidades e atender às demandas que levantamos.

Dentro desta conjuntura, seria de grande valia pensar nossas práticas e pesquisas de forma a problematizar coletivamente estas condições históricas e geracionais de exploração e subalternização em prol de: *trans-formar*. *Trans-formar* realidades e condicionamentos começando por si e multiplicando entre seus pares, realçando e denunciando formas até então engolidas de submissão e acatamento. E para além disso, esta ação ultrapassaria de uma condição de apenas *trans-formar*, para atuar em prol do que podemos chamar aqui de: *Trans-form-AÇÃO*, que seria *transgredir*, *transformar*, *formar* e *agir* em conjunção, trilhando assim os caminhos de uma *outra* cidadania, uma *outra* forma portanto de ser e estar no mundo e com o mundo.

As práticas educativas e inclui-se nelas a pesquisa, podem e devem ser fruto da realidade social buscando dialogar com a conjuntura social em que estão inseridas; de forma não só a conceber e contemplar a realidade, mas a intervir nela de modo a provocar mudanças significativas, de base. A *Trans-form-AÇÃO* de que ora falamos. A Educação Popular por meio de sua metodologia participativa busca como princípio a autonomia e a emancipação, que acontecem por meio da liberdade de se trazer debates necessários e que dizem respeito a demandas coletivas, bem como o envolvimento de todos os diversos sujeitos que estão inseridos naquele contexto social. Vincular-se à realidade desses sujeitos é condição básica da EP. Pesquisar, relacionar conhecimentos, também. Relacioná-los e confrontá-los, ainda mais.

A EP e seus aportes são um trabalho sério, que requer rigorosidade, requer método. Não uma rigorosidade na aplicação das metodologias, isto porque cabe à afetividade este papel. Requer rigor no

que se propõe no conjunto, no coletivo. Essa seriedade e militância talvez esteja presente em maior quantidade nos espaços não-formais de educação, onde amplamente a EP atua, do que na educação regular formal. Isto porque a Educação Popular atua com possibilidades que por vezes não encontra chão nos espaços formais de educação, pois, partindo da premissa da liberdade, ela mexe direta e incessantemente no terreno da auto-estima, da ancestralidade, do: *quem eu fui*, para o: *quem eu sou e quem eu serei*. Portanto, ela precisa estar muito bem entrelaçada à interdisciplinaridade, no caráter intersetorial, mas sobretudo na sensibilidade daquele que deseja se embrenhar por esta senda tão instigante e delicada da educação. E a isto se somam também a educação social e a educação comunitária. Não se trata, portanto de caridade ou boa-vontade. Mas, e para além disso: ao mesmo tempo que lucidez e utopia, compromisso e boas doses de alteridade.

Com tudo isso, não significa dizer que estamos negando a escola regular e sua cultura, não se trata de maniqueísmos: isto ou aquilo, aceitar x negar, mas entender como os processos de uma sociedade desigual se consolidam e tem seus braços fortificados por algumas instituições, em destaque, a escola regular-formal-tradicional. É a esta fatia de educação que nos referimos, que conseguiu êxito com a transformação do famigerado feudalismo em burguesia, classe tão perversa quanto a primeira, onde cunhou ideais de aceitação, de meritocracia, de recompensa e competitividade e que historicamente nega os saberes culturais do povo e de tudo aquilo que vem dele. É assim que um dos principais objetivos com práticas e pesquisas *outras* é justamente buscar a superação destas negações, desqualificações e invisibilidades historicamente destinadas a grupos subalternizados e periferizados em nossos territórios.

Catherine Walsh (2017) nos presenteia quando conjuga diferentes formas de ações e análises sociais e, inspirada em Freire, nos convida a buscar novas formas de luta. Assim, ela nos aponta que é necessário,

Salir de las cárceles intelectuales e ideológicas [...] liberar la esperanza de su prisión intelectual y política” (Esteva, 2014: 65) y construir “nuevas formas de lucha transformadora” (2014: 7). Tal apuesta recuerda la llamada de Paulo Freire, casi al final de su vida, a “reinventar las formas de acción política” (Freire, 2003: 50). Decía Freire que “hay que reinventar la forma de pelear, pero jamás parar de pelear”, hay que buscar nuevos caminos de lucha, nuevas formas de rebeldía⁶ (Freire, 2003: 55, 59). (WALSH, 2017, p. 34)

Este movimento de reinvenção e de transformação requer também mudanças nas práticas profissionais de acadêmicxs e demais pesquisadorxs. No intuito de seus trabalhos poderem e deverem servir para fortalecer diferentes lutas sociais, fomentar políticas públicas e/ou outras ações efetivas concomitantes, em prol dos resultados daquilo que se pesquisou, comprometendo-se com o público e com o espaço investigado.

3 SUBALTERNIZADXS-MAMBEMBES-INSURGENTES

Com base nesses procesos históricos de luta, procurei trazer a problematização do conceito de subalterno⁷ de Gramsci, que é relido por Spivak em seu artigo: “*Pode o Subalterno Falar?*”. Ao que, fazendo uma releitura dos dois, tiro daí um conceito em simbiose: *subalternizadxs-mambembes-insurgentes*, que seriam aqueles povos que apesar de terem sido *subalternizados* historicamente, utilizaram seus conhecimentos de forma *mambembe*, fazendo, por exemplo, o branco acreditar que ele não usava mais suas ervas para cura, nem suas rezas ou que o povo sequestrado de *Alkebulan* ou África

⁶ Tradução minha: sair dos cárceres intelectuais e ideológicos [...] liberar a esperança de sua prisão intelectual e política e construir novas formas de luta transformadora. Tal aposta recorda a chamada de Paulo Freire, quase ao final de sua vida, a reinventar as formas de ação política. Dizia Freire que há que se reinventar a forma de lutar, mas jamais parar de lutar, há que se buscar novos caminhos de luta, novas formas de rebeldia.

⁷ O conceito de subalterno de Gramsci, presente em seus Cadernos do Cárcere, onde estuda a questão de classe, atrelada à cultura, em que estão presentes o folclore e a religião, nos servem de inspiração. No entanto, “subalternizado” soa ainda mais fortalecido e completo para nós, da mesma forma que existe diferença entre escravo e escravizado. Esse sufixo (izado) tem muito a revelar no que tange à saída única na condição de sobreviver, à imposição de uma classe sobre a outra, de uma raça sobre a outra.

havia sido finalmente conformado à condição de escravizado, quando na verdade os quilombos se multiplicavam. Fazendo ainda o patrão achar que ele estava ‘fechando com ele’, quando, na verdade, ele se organizava em movimentos de trabalhadores. Ou seja, na clandestinidade, driblando as ordens estabelecidas, fazendo desse caráter *mambembe*, sua própria *insurgência* aos vários despotismos e demais abusos que se apresentavam em seu cotidiano. Não seriam assim nem subalternos, mas subalternizados, nem pobres, mas pauperizados, tampouco escravos, mas escravizados, cujo sufixo remete não à vontade, mas à imposição, mediante à opressão⁸.

Com as intempéries com as quais nos deparamos hoje, quando chegamos a sinais de barbárie frente a uma sociedade que atingiu o auge do capitalismo, em que a individualidade vem acompanhada da desumanização, fica a pergunta: como faremos, enquanto educadoras e educadores, sobretudo da Educação de Jovens e Adultos, como é o nosso caso, para enfrentarmos os desafios que se colocam de maneira atroz em nosso cotidiano do trabalho, da vida pessoal, que ambas, quer queira, quer não, se atravessam? Seguiremos o que está posto ou, de forma insurgente, desafiaremos o que nos é dito “não ter jeito”?

Sabemos de que lado da história estamos e quem somos neste cenário. Compomos a parte *dxs subalternizados-mambembes-insurgentes*. Tendo isso em mente e como pauta de luta, tentando seguir não só com desobediência, mas atrevimento e ousadia para tentar, ao menos, gingar com as estruturas, me embrenho no diálogo com as nossas bases latinas e africanas, trazendo para o debate acadêmico, como já pontuei, as categorias de ação direta e pesquisa que aqui firmamos: *Subjetividades Subversivas*, *Currículos que Transvergem*, a *Palavra-Ação*, a *Trans-form-AÇÃO* e as *Práticas-Investigativas-Transformadoras*, a PIT. Nesse prisma, devemos nos desafiar também a criar métodos de investigação e pesquisa, bem como metodologias próprias, a fim de trabalharmos com ela em distintos lugares. Fatores que conduzirão, de fato, a mudanças na forma textual e estética, nas práticas dentro e fora das escolas, academias e demais instituições, e, por fim, na vida cotidiana em sociedade. O que se trata aqui, portanto, é de provocar *fraturas epistemológicas* (ESPINOSA MINOSO, 2009), trazendo novos e/ou outros aportes, e, deixando essas *fraturas* abertas, produzir epistemologias *outras*.

‘A vida é um combate interminável’, dizia Fanon em *Os Condenados da Terra* (2009). Em nosso caso e numa perspectiva macro, dentro destes intensos e históricos combates que se deram de inúmeras formas, fomos tornados a periferia-sul do mundo quando subalternizados pela Europa, EUA e Centro-Norte, quando criada foi uma perspectiva evolutiva de humanidade em que se aceitaram escalas de países de 1º, 2º e 3º mundos, por exemplo. Impôs-se uma desvalorização calcada na subjetividade cultural e epistêmica dos países *do sul*, de *Abya Yala*, controlados pelos países ditos avançados, ou seja, os que detêm o poderio econômico, financeiro e bélico, os *do norte*. Desta forma, fomos tornados reféns da dupla ‘colonialismo e colonialidade’, pois “enquanto o colonialismo tem claras ligações geográficas e históricas, a colonialidade atua como uma matriz subjacente do poder colonial que seguiu existindo após as independências políticas de nossos países e que hoje se perpetua pelas variadas formas de dominação do Norte sobre o Sul” (ADAMS; STRECK 2012, p. 247).

Assim como a colonialidade, a educação atravessa todos os aspectos da vida, e é dentro desta conjuntura, que acima apresentamos, que procuramos compreender de forma crítica, tendo como base a *epistemologia Anti/Contra/Decolonial*, a realidade de um espaço de Educação Popular, que atua na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, a EJA e que tem suas peculiaridades e subjetividades como qualquer outro. Um espaço que faço parte enquanto Educadora Popular, diga-se. Nossa hipótese é que este espaço-local de pesquisa seja um fragmento do que ocorre em nível sul-global, em outras experiências *Anti/Contra/Decoloniais* de educação, cujo objetivo seja o mesmo: o de defender a autonomia intelectual dos povos de latinoamérica, tornando-nos condutores de nossas próprias jangadas, mas que ainda somos postos em condições periféricas de ser, de poder, de saber (QUIJANO, 2005) e de, portanto,

⁸Importante salientar que muitos desses movimentos existem desde muitos séculos e desde sempre vêm lutando pelas suas causas.

existir. Neste contexto, ser considerado subalternizadx, mas tornar-se *mambembe*, torna-se uma estratégia de resistência e reexistência, portanto, de *insurgência*. E é na coletividade que isso se dá.

A *dialogicidade* se faz presente de forma radical neste tipo de relação. Em consonância com a perspectiva Anti/Contra/Decolonial, a EP prevê a saída dos espaços periféricos de uma epistemologia subalternizada rumo à uma epistemologia onde a participação do outro se transporte destes espaços periféricos para o centro dos processos educativos, porque coletivos e coletivizados. Ter lentes que aproximem sua luta à de outras, outres e outros, nos traz a percepção de que não se está sozinho e o sujeito individual só o é porque tem no coletivo sua chave para a *existência*. Sendo assim, o *dever*: o vir-a-ser se constrói antes da luta, quando se descobre enquanto colonizado. E esta descoberta só se dá na práxis cotidiana de pensamento-reflexão-ação. E é justamente no “reconhecimento do seu pouco saber de si que se formará uma das razões desta procura” (FREIRE, 2005, p. 29). Entender-se e tornar-se *subalternizadx-mambembe-insurgente* é fundamental, e consequência deste processo.

É nesta seara que a autocrítica se faz presente enquanto projeto permanente de atualização da prática docente no intuito de que nos percebamos como seres incompletos e, nessa incompletude, nos debruçarmos em outras formas e grupos que pensam e olham o mundo de maneiras diversas, de forma a pluralizarmos nosso olhar. Como exemplo, em conjunto com outras frentes, a teologia e a filosofia da libertação, os movimentos sociais, os povos tradicionais, são bons exemplos para isso.

Trazer ‘ao front’ a categoria de *subalternizadx-mambembes-insurgentes* nos reveste de um poderoso olhar de arqueiro, ao compreendermos aqueles e aquelas que, no passado, não se curvaram, mas se insurgiram, e o que, nestas insurgências, trouxeram para nós como contribuição e munição para as nossas lutas. Lutas de sujeitos que foram tornados dispensáveis pela empresa genocida da colonialidade e seus empreendimentos, que tratou de promover a desqualificação e o apagamento de tudo o que é avesso aos critérios que consideram institucionais.

ANTICONCLUINDO

Pra começar a anticoncluir esse estudo que resultou em minha pesquisa de doutoramento, dentro dessa peleja, pedagógica por excelência, a primeira das três coisas que aqui defendo enquanto pesquisadora e *Educadora Popular Anti/contra/decolonial* é, sobretudo a existência, formação e consolidação da Banca Popular (esta que na outra seção falamos mais sobre) nos espaços e processos burocráticos dos centros de pesquisa, composta pelo próprio grupo pesquisado, que é, a nosso ver, co-autor do trabalho de investigação. Este movimento seria de extrema importância para a validação daquilo que está sendo pesquisado. Isto porque, é preciso ser vigilante para os ‘tipos engajados’ de pesquisadorxs que se inserem nos grupos, mas que, na verdade, só querem para si: fazem suas pesquisas, defendem o que pensam sobre aquilo que estudaram, não montam Banca Popular, não entregam seus trabalhos para a aprovação prévia do grupo que estão trabalhando, não trazem devolutivas do trabalho ao grupo após a titulação.

É a este tipo de pesquisa e quem a faz que dou o nome de pesquisa “Missão Francesa”: que é aquela camarada que só observa, pinta quadros de acordo com a sua observação, entrega a encomenda e nada faz pra mudar aquela realidade que “pinta” (que pesquisa), tal qual a missão que veio para o Brasil no século XIX e que ganhou muito dinheiro e prestígio retratando o açoitamento da população negra escravizada pela América Latina afora. São esses ‘Debret’s’ e ‘Rugendas’, por exemplo que são aprovados, titulados, fazem livros, passam em concurso, ganham editais e continuam a promover a exotização desses grupos, que permanecem sendo “estudados” por outrxs, e que nada recebem em troca, nem sequer a visita daqueles a quem acolheram por longos períodos de “pesquisa participante”. São, simples e perversamente, ‘esquecidos’. Agora o caráter “participante” na pesquisa permanece de lado em nome de congressos, simpósios e afins, em que apresentam estas mesmas pesquisas, ganham prestígio, fazem contato e dinheiro. E assim, a lógica histórica da branquitude, dos privilegiados-colonizadores, em suas várias facetas, segue seu curso.

Fugir desta, que aqui chamamos, *usurpação colonial*, que até hoje insiste em nos atingir nos mais diversos campos e espaços, não é apenas mais uma bandeira de luta contra estes constantes ataques de apoderamento, apropriação e conseqüente encobrimento de povos e práticas. Mas, sobretudo, uma

forma de abrir o olho para estas novas-velhas roupagens coloniais, partindo para a construção de pilares ainda mais sólidos de uma contrapedagogia de resistência e de transformação social, que tenha suas fundações pedagógicas, sociais, culturais, econômicas, políticas e organizativas muito bem definidas. É se contrapor a essas ‘missões francesas’ e seus ‘missionários’ que sistematizando conhecimentos que não são seus encham ainda mais o “tranquilo tanque cheio da água da produção teórica” (EZLN, 2008, p. 35) e seus currículos, “tão gordos quanto à carteira” (idem, p. 41). “Com isto quero dizer que o mundo científico construiu uma torre de cristal (mas chumbada) com suas próprias leis e adornada com vitrais (...) que elaboram intelectuais *ad hoc*” (p. 40) movimento que tem provocado um “abismo entre teoria e realidade e a concomitante bulimia teórica” (p. 59). Sempre preciso e flecheiro o Subcomandante Insurgente Marcos, não?!

A segunda das três coisas que aqui defendo nestes escritos começa com algumas perguntas: Quando falamos de didática, de currículo, de forma muito simples e rápida, o que vem a sua mente? Quais são ainda as lembranças que você traz dos tempos de escola relacionadas ao currículo e à didática em sala de aula?

Com essas perguntas-provocações quero alimentar ainda mais o desejo de fazermos um currículo e uma didática que Transvergem. Isso porque anti/contra/decolonizar o pensamento e as práticas passa por termos e construirmos um ambiente pedagógico, que começa já na formação de professoras e professores, altamente plural. Essa pluralidade se dá do ponto de vista da raça, da classe, do gênero e da orientação sexual, e se dá também através das diferentes trajetórias profissionais que acredito que devem compor um grupo de pesquisa e um quadro de docentes. Digo isto porque vejo que em muitas e muitas universidades e escolas federais os editais de seleção para a seleção de docentes, por exemplo, pedem experiência na educação básica. Ora, por educação básica se entende todas as ações pedagógicas que se dão nos espaços formais, não-formais e informais de educação. Entretanto, por educação básica esses editais só entendem profissionais que já trabalham ou trabalharam na educação básica de escolas, ou seja, só se compreende experiência em docência para essas pessoas os espaços formais de educação, ao passo que a riqueza pedagógica construída no seio de coletivos e movimentos sociais de educação não é levada em consideração nesses processos.

Há uma contradição em tudo isso. Falamos tanto em decolonizar mentes, currículos e práticas. Sabemos que os processos educativos estão para além do espaço escolar, extrapolando seus limites, mas não se considera as experiências de pessoas que trabalham na educação não-formal. Por quê? Por que não considerar o currículo e a didática que se operam nesses espaços e os profissionais que a promovem e a constroem?

A bem da verdade é que consideram sim. E consideram tanto que somos frequentemente convidadas, convidados e convidades a participar de mesas redondas, darmos formação, ministrarmos aulas nos mais diversos espaços acadêmicos. Mas por que na hora de uma seleção para compor quadros docentes efetivos a experiência acumulada no chão dos coletivos e movimentos sociais de educação não serve, não é válida? Será que se juntássemos profissionais de ambos os espaços não teríamos uma construção curricular e didática muito mais profícua e carregada de sentidos?

A minha resposta a essa última pergunta é um ressonante sim! Todos os corpos-saberes precisam estar ocupando esses espaços, todas as experiências em educação podem e precisam fazer parte desses espaços de formação. Entretanto, há ainda “um porto seguro para pessoas competentes em matérias de conhecimento livresco, mas inaptas para a interação social” (HOOKS, 2017, p. 28). Somado a isso, a arrogante surdez do colonizador, com seu olhar branco irresponsável, tem na face da universalidade este homem branco estampado em seus pilares, que prega tanto a tolerância, desde que não se mexa na estrutura que o mantém confortável. É essa pretensa universalidade que vai rodear a universidade, que é o espaço onde a branquitude/branquidade ocupa um lugar fortemente marcado, com práticas que oprimem e mascaram privilégios e opressões, entretanto, por vezes, veladas: são absolutamente bem demarcadas, mas não nomeadas e declaradas enquanto. É, ainda, o lugar onde *Subalternizadxs-Mambembes-Insurgentes* não habitam, ou são *personas non gratas* em seus espaços; quando muito, são “tolerados” ou “exotizados”.

É preciso, assim, abordar abertamente essas relações de poder que desqualificam ações, interdita possibilidades e silenciam trajetórias e chacoalhar esses pilares, que dão muita visibilidade a quem assina e pouca a quem realmente faz, de fato, as coisas acontecerem ali dentro. Sim...isso porque também uma espécie de escravização moderna e velada existe nos meios acadêmicos, sim!

O epistemicídio também passa por esses processos...

É preciso sim elevar saberes populares de povos e grupos tradicionais a patamares científicos de epistemologias. Mas é, ao mesmo tempo, preciso que representantes de movimentos e coletivos sociais de educação ocupem cadeiras docentes nas universidades e demais espaços formais de educação. Dentro desta linha de pensamento e prática, assim como residem em espaços populares, informais e não-formais de educação, a crítica, a criatividade e a esperança, estas tornam-se ferramentas obrigatórias a ocuparem também espaços acadêmicos e escolares formais, dando-lhes novos rumos e trajetórias, para tanto menos excludentes, por meio do trabalho cotidiano, da prática de educadorxs e pesquisadorxs das mais diversas áreas, espaços e ecologias.

É disputa. É enfrentamento, sabemos. E é dismantelar aquele local, que nasceu para apenas uma classe, para que seja ocupado e legitimado, portanto, REontologizado por outras e onde haja espaço para diferentes cores e corpos, também!

Penso que é preciso continuar abrindo trincheiras na capoeira e ocupando espaços. Como não enxergar todo o enfrentamento que historicamente fazem coletivos e movimentos sociais em seus espaços de educação e não considerar isso didática e currículo?

Quando digo disputa e enfrentamento estou falando do que nos traz Bell Hooks sobre o ambiente acadêmico, onde há um “Mascaramento do papel do ambiente universitário como local de reprodução de uma classe privilegiada de valores, do elitismo. Todas essas questões são desmascaradas quando a civilização ocidental e a formação de seu cânone são questionadas e rigorosamente interrogadas. É exatamente isso que os acadêmicos conservadores consideram ameaçador...” (2017, pp. 187, 188).

Com a entrada na academia de pessoas que compõem coletivos e movimentos sociais de educação, ao lado de pessoas que ocupam os espaços formais da educação básica, o que se espera com esse movimento é justamente “devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta (HOOKS, 2017 p. 45). Portanto, mexer nessas estruturas petrificadas é mais do que necessário, é urgente. É salutar!

Temos de aceitar que nossa luta será longa e estar dispostos a permanecer pacientes e vigilantes. Para nos comprometer com a tarefa de transformar a academia num lugar onde a diversidade cultural informe cada aspecto do nosso conhecimento, temos que abraçar a luta e sacrifício. Não podemos não podemos nos desencorajar facilmente. Não podemos nos desesperar diante dos conflitos. Temos de afirmar nossa solidariedade por meio da crença num espírito de abertura intelectual que celebre a diversidade, acolha a divergência e se regozije com a dedicação coletiva à verdade” (HOOKS, 2017, p. 50)

São diferentes saberes e práticas que se confrontam e ao se confrontarem de forma positiva vão alargando as possibilidades de conhecimentos outros, desconstruindo, construindo, criando e recriando saberes: modificados, autenticados e autênticos, por isto mesmo. Importante sempre aqui continuar salientando que a EP não se opõe, em nossa visão, de maneira alguma à educação regular e formal. Reconhecemos, sim, os intensos e históricos processos de luta de diversos movimentos para a expansão da escola pública, de qualidade, laica e gratuita, que até hoje estão na ativa, no front.

Pensamos assim que, apesar de não vivermos mais num regime colonial formalmente – o que não se quer dizer que não se viva e conviva com ele em sua forma ideológica, por meio de imposições e embargos políticos, econômicos e judiciários– a colonialidade está plenamente vivificada quando ela sobrevive nessas formas sutis de arranjo e rearranjo na sociedade, fabricando e moldando seres, por meio de uma falsa cidadania, por meio de uma falsa inclusão. É ainda, quando o que se chama aqui de colonizador começa por meio de seus privilégios a invisibilizar e destruir a imagem e o imaginário do outro, bem como seus sonhos e esperança, afirmando assim hegemonicamente sua visão de mundo e o

que considera como passível de se tornar legítimo, prestigioso e abrangente. Assim, temos a escrita, a forma como se fala, os gestos, a “etiqueta”, o “certo” e o “errado”, o CEP, a cor, a sexualidade, e, por fim a estética para dar a tonalidade final a estes exemplos vivos de uma colonialidade cotidiana de “sucesso”.

É o *epistemicídio* que falamos anteriormente e que aqui tanto insistimos, que inferioriza, destitui e apaga saberes populares, considerados não-saberes. É o risco de desaparecimento desses saberes o que nos interessa e preocupa e que são, infelizmente, “jogados fora” em muitos processos formais de educação e em muitos espaços de formação. É deste apagamento que precisamos falar e problematizar. É na crescente desqualificação dos saberes da rua nestes espaços, do que estes estudantes trazem de experiência de vida, que precisamos reverter e nos inclinar por ampliar nossas escutas, permitindo o ecoar de suas vozes e maneiras de viver e mesmo *sobreviver*. Precisamos, portanto de *Currículos que Transvergem* a ordem estabelecida, o dito certo e errado. Precisamos ainda esvaziar o “tranquilo tanque cheio da água da produção teórica” (EZLN, 2008, p. 35) que produzem currículos engessados e previamente definidos.

Deserdando, calando e subalternizando as epistemes dos povos considerados passíveis de serem colonizados, bem como reprimindo todas essas formas de saberes, a violência epistêmica pela *geopolítica do conhecimento* tomou de assalto não só as vidas físicas de muito destes povos, mas suas vidas sociais por meio do esmagamento de suas manifestações de cultura, de suas línguas, de seu estado de ser, de seus signos e símbolos linguísticos. Bem como seus totens, tabus e mitos de origem, todos desprezados e estigmatizados, silenciados, portanto, em todos os seus aspectos e estruturas. O *epistemicídio* está na própria manifestação de aniquilação de sua compreensão de mundo, de seus saberes locais, de seus elos com o transcendental e com a ancestralidade, num verdadeiro genocídio epistemológico, como os rituais de religiosidade, por exemplo, que obviamente não se explicam por meios racionais e nem estão nos padrões de racionalidade do colonizador, e por isso mesmo lhes são detidos através da inferiorização e constante ‘impedimento’ às suas práticas, que se não se dá por meio de violência física, se dá pela demonização de suas práticas, como é o caso das religiões de matriz africana, por exemplo.

Entretanto, dentro deste cenário histórico de embates, de tentativas diversas de subalternização, há práticas de afirmação de identidade, visibilidade, identificação, existências, que não se curvaram e não se curvam aos poderes de dominação, mas contra eles se insurgiram e se insurgem, na marra, no enfrentamento, na criatividade, nas batalhas sangrentas, no *mambembe*, como podemos assim dizer aqui. Não aceitando assim a condição de subcidadania (SOUZA, 2003) que lhes foi imposta. São estes e estas o que aqui chamamos de *Subalternizadxs-Mambembes-Insurgentes*.

A terceira das três coisas que aqui defendo é que parto do caminho que precisamos embasar nossas atitudes, sejam elas em que momento e situação forem, como um ato de anti/contra/decolonização constante, procurando identificar e abandonar a herança eurocêntrica que nos cobriu e nos encobriu, e que ainda separou a teoria da prática, a primeira se sobrepondo à segunda. Falar daquilo que não querem escutar, escrever aquilo considerado menor pelo universalismo europeu ocidental ou mesmo apontar privilégios pode provocar “políticas de inimizade”, tanto em nível micro, quanto em nível macrosocial. Mas, se não colocarmos o dedo, não nas feridas, porque quem tem ferida somos nós, mas nesses andaimes e balançarmos, como desvelaremos os constantes cinismos de uma sucursal marcada pelas históricas vantagens? Como poderemos avançar enquanto humanidade se não sinalizarmos as feridas que possuímos enquanto periféricxs, enquanto subalternizadxs?

Sabemos que a disputa por narrativas é uma constante. Por isso, desafiar é ousar e bancar uma pesquisa *outra*. Coisa que não é fácil. É enfrentamento. É dentro dessa esfera que pensamos aqui a nossa, que dentre tantas questões que se diferem das pesquisas já consolidadas pensamos ser a *dialogicidade* e o *afeto* entre os atores pertencentes àquele espaço e que sim inclui a nós pesquisadorxs-educandxs-educadorxs, dois grandes aliados ao que esperamos quando desejamos, de fato, mudanças. É assim uma “tensión entre teoría y práctica que conduce a un diálogo entre saberes teóricos y saberes prácticos

convirtiendo al investigador en un educador desde el principio freiriano de la “concientización dialógica”⁹ (ORTRIZ; BORJAS, 2008, p. 618).

Penso que é, acima de tudo, construir um projeto político de autonomia, onde não haja lugar para a desumanização, e que combata veementemente o neocolonialismo de que nos fala Ochy Curiel (2014), que, apontado na direção das populações pobres, tem nos homens-jovens-negros e nas mulheres, sobretudo, racializadas e pobres, seus maiores alvos de tortura e apagamento. E que a restituição, a reparação e a justiça, nesta esfera, tenham vez.

Além disso, essa postura *outra* que aqui reivindicamos requer mudanças nas práticas profissionais de acadêmics e demais pesquisadorxs, cujos trabalhos devem servir para fortalecer lutas sociais e fomentar políticas públicas em prol do que se pesquisa, comprometendo-se com o público e o espaço que se pesquisa. Compreender isso é também ter a humildade para constatar que o público que é pesquisado detém um conhecimento superior do universo que se pesquisa, para além de quem pesquisa. Por isso a necessidade de a Banca Popular existir e participar do processo de avaliação do trabalho, de forma a torná-lo legítimo, como acima colocamos e reiteramos aqui.

Por fim, não pretendemos aqui trazer respostas, senão ainda mais perguntas, mas, e sobretudo, promover o pensar juntxs sobre possíveis saídas de quadros de colonização que ainda insistem em nos aglutinar. É, assim, definitivamente, romper com uma visão parcial, empobrecida da história, contada que foi por quem nela triunfou. Penso, ainda, que a relevância e a urgência desta temática são de especial importância, configurando um campo esperançoso e de grande valia para o rompimento com epistemologias da modernidade e o surgimento de discussões teóricas e agendas de pesquisa, práticas e formação com base em estudos fronteiriços de Latinoamérica a África. De *Abya Yala* a *Alkebulan*, portanto.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R. **Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade**. Educação e Pesquisa (USP Impresso), v. 38, p. 243-258, 2012.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: Nascimento, Elisa Larkin (Org.) Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2009.
- CARRILLO, Alfonso Torres. **Identidad y Política de la Acción Coletiva. Organizaciones populares y luchas Urbanas en Bogotá 1980-2000**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.
- CURIEL, Ochy, **Género, raza, clase y sexualidad: debates contemporâneos**. Conferencia presentada en la Universidad Javeriana, Colombia, 2012.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- ESPINOSA-MINOSO, Yuderlys. **Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonias feministas en el espacio transnacional**. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer – Julio/Diciembre. Vol. 14, no 33 – pp. 37-54, 2009.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 200p. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21. 2007.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**. v.13, n.25, p. 17-

⁹ Tradução minha: tensão entre teoria e prática que conduz a um diálogo entre saberes teóricos e saberes práticos convertendo o investigador em um educador desde o princípio freireano da “conscientização dialógica”.

31. 2009.

FALS BORDA, Orlando. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular.** In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 34- 41.

FALS BORDA, Orlando. **Pesquisa-Ação, ciência e educação popular nos anos 90.** In: STRECK, Danilo (Org.). Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1994.

FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Investigación Participativa.** Montevideo: La Banda Oriental, 1987.

FANON, Frantz. **Los Condenados de la Tierra.** Buenos Aires: 1ª ed. Fondo de Cultura Económica, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010, 103 p.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** WMF Martins Fontes, 2013.

ORTIZ, Marielsa; BORJAS, Beatriz. La Investigación Acción Participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. **Espacio Abierto**, vol. 17, núm. 4, octubre-diciembre, 2008, pp. 615-627 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, Edgardo. A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas Latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, setembro 2005.

REINAGA, Fausto. **Manifiesto del Partido Indio de Bolivia.** La Paz: Ediciones PIB, 1970.

REINAGA, Fausto. **Mi vida.** La Paz: Fundación Amautica Fausto Reinaga, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. Coleção Origem. 207p.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. EZLN. **Nem o centro e nem a periferia: sobre cores, calendários e geografias.** Erahsto Felício e Alex Hilsenbeck (org.). Coletivo Protopia S.A. e Danilo Ornelas Ribeiro, tradução. Porto Alegre: Deriva, 2008.

WALSH, Catherine. Prefácio e Abertura. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** TOMO II. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).